

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data da Reunião: 20 e 21 de outubro de 2016

Local: Auditório maior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Horário: 9:00 às 12:00/ 14:00 às 17:00

Relatora: Elielma Borcem

Participantes

NOME	ORGÃO	CONTATO
Dayvson Franklin de Souza	SAP/MAPA	gab.sap@agricultura.gov.br
Sami Pinheiro de Moura	DPOP/SAP/MAPA	sami.moura@agricultura.gov.br
Fábio Fernando Moraes Fernandes	SAP/MAPA	fabio.moraes@agricultura.gov.br
Jeanne Gomes da Silva	DPOP/SAP/MAPA	jeanne.gomes@agricultura.gov.br
Elielma Ribeiro Borcem	DPOP/SAP/MAPA	elielma.borcem@agricultura.gov.br
Camila Helena da Silva Camilo	DPOP/SAP/MAPA	camila.scamilo@agricultura.gov.br
Ana Maira Basto Neves	SAP/MAPA	ana.maira@agricultura.gov.br
Leila Cristina Cardoso Castanhede	SAP/MAPA	leila.cristina@agricultura.gov.br
Roberto Ribas Galluci	MMA	roberto.galluci@mma.gov.br
Gabriel Nunes Maia Rebouças	MMA	gabriel.reboucas@mma.gov.br
José Dias Neto	IBAMA	jose.dias-neto@ibama.gov.br
Roberta Aguiar dos Santos	ICMBIO	roberta.santos@icmbio.gov.br
Célio Luís Paulo	MDIC	celio.paulo@mdic.gov.br
Sérgio Winckler da Costa	SEAGRI	winckler@agricultura.sc.gov.br
Raquel Rennó Marins Ingletto	FIPERJ	raquelrmmartins.fiperj@gmail.com
Marcus Henrique Carneiro	IP-SP	mcarneiro@pesca.sp.gov.br
Ivo da Silva	CNPA	ivopesca@hotmail.com
Edvando Soares de Araújo	CNPA	coloniadepescarz20@gmail.com
Maria Aparecida Santos Ramos	CPP	cida.s.ramos@hotmail.com
Marcos Luís de Souza	CONFREM	mlsem91@conepe.org.br
Agnaldo Hilton	CONEPE	agnaldo.hilton@terra.com.br
Marco Aurélio Bailon	CONEPE	administracao@conepe.org.br
Giacinto Bernardo Tasso	CONEPE	gb.tasso@bol.com.br
Letícia Bruning Canton	CONEPE	administracao@conepe.org.br
Antônio Moreira da Silva	CONTTMAF	conttmaf@conttmaf.org.br
Alexandre Guerra Espogeiro	CNA	cna@cna.org.br
Konstantinos Meintanis	Organização do Setor de Comercialização e Exportação	financeiro.florimar@gamil.com
Agostinho Peruzzo	CNI	secretariapesca@itajai.sc.gov.br
Renan Lopes Paitach	AMECA	ameca@terra.com.br
Mônica Brick Peres	Oceana Brasil	mperes@oceana.org
Antônio Queiroz Lezama	Oceana Brasil	alezama@oceana.org
Ouvintes		
Raquel C. Pimentel	SAP/MAPA	raquel.pimentel@agricultura.gov.br
Marcio Candido Alves	DRMC/SAP	marcio.alves@agricultura.gov.br
Kelven Lopes	SAP/MAPA	kelven.lopes@agricultura.gov.br
Vinicius Augusto de Sá	SAP/MAPA	vinicius.sa@agricultura.gov.br
Sued de Souza Lima Evangelista	SAP	Sued.souza@agricultura.gov.br

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

Paulino Menezes	Oceana	paulomenezes61@gmail.com
Reinaldo Vergana	SAP/MAPA	reinaldo.vergano@agricultura.gov.br
Iran Cardoso Júnior	MCTI	iran.junior@mcti.gov.br
José Eduardo Moraes	Oceana	
Marcelo Costa Feltrim	Oceana	marfeltrim@gmail.com
João Ferrer	Oceana	jferrer@oceano.org
Mirian Bozzetto	Sindarpers/RS	sindapesrs@hotmail.com
Nilmar Conceição	Fórum da Lagoa dos Patos	marnil-45@hotmail.com
Warner Bento Filho	Oceana	wfilho@oceana.org
Priscilla Malafaia	CPP	assessoria.biologia.cpp@gmail.com
Marcelo Feltrim	Oceana Brasil	marfeltrim@gmail.com
Nilton Eurípedes de Deus Filho	MPF	niltonfilho@mpf.mp.br

LISTA DE SIGLAS

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SAP- Secretaria de Aquicultura e Pesca
DPOP– Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca
DRMC – Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MCTI – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
OCEANA – Organização não governamental
CONEPE - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNPA – Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
SINDARPES- Sindicato dos Armadores da Pesca do Rio Grande do Sul
CPP - Conselho Pastoral da Pesca
FIPERJ - Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro
IP-SP – Instituto de Pesca do Estado de São Paulo
SEAGRI – Secretaria de Agricultura de Santa Catarina
CONFREM- Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
FEPESC – Federação dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

O Sr. Secretário de Aquicultura e Pesca, Dayvson Franklin de Souza, abriu a reunião ressaltando a importância da implementação do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos do Sudeste e Sul – CPG Pelágicos Sudeste e Sul. Garantiu a continuidade das reuniões dos Comitês em sua Gestão, tendo em vista a necessidade de geração de informações técnicas - científicas para a tomada de decisões. Informou sobre o termo de descentralização com o CNPq, a chamada pública MCTI/MPA/CNPq nº 22/2015, expondo as tratativas que foram realizadas no âmbito da SAP e afirmou que o Secretário Executivo do MAPA havia se comprometido com o pagamento para o início de 2017. Finalizou agradecendo a presença dos participantes e desejando bom trabalho ao Comitê. Com a palavra o representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. José Dias Neto, cumprimentou a mesa parabenizando pelo resgate do Comitê e disse que acreditava no modelo que estava sendo trabalhado para a gestão pesqueira no País. Em seguida o Diretor de Planejamento e Ordenamento da Pesca, Sr. Sami Pinheiro de Moura, agradeceu a todos que haviam contribuído para a realização da reunião e abriu para início das atividades. Dando prosseguimento à reunião, foi realizada a leitura dos itens da agenda e posteriormente feita uma rodada de apresentações dos participantes. Após isso, passou-se para a discussão dos itens de pauta.

- **Leitura e aprovação da Agenda**

Nesse item foi proposto e aprovado pela plenária a substituição da ordem de discussão do item 6 referente ao “Plano de Gestão da tainha” pelo 7 “Plano de Gestão da sardinha-verdadeira”. Após isso a agenda foi aprovada.

- **Apresentação sobre o CPG Pelágicos SE/S**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) realizou uma apresentação informando sobre a estrutura, composição e competências do CPG Pelágicos Sudeste e Sul. Em seguida foi aberto para as considerações da plenária. Foi solicitado à Coordenação que os materiais apresentados na reunião fossem disponibilizados aos membros. O Sr. Marco Bailon (CONEPE) observou que a formação do Subcomitê de Acompanhamento não constava na pauta e sugeriu que fosse definido na reunião. O Sr. Gabriel Rebouças (MMA) indagou sobre as perspectivas de reuniões da CTGP. Em resposta às colocações, a Sra. Elielma Borcem se comprometeu em enviar os materiais da reunião aos membros por e-mail; falou que não haveria problema que o Subcomitê de acompanhamento fosse definido naquele momento, visto que seria formado pelos membros do próprio Comitê e quanto às reuniões da CTGP informou que a Comissão havia sido recomposta recentemente e que previam a realização de reunião até dezembro de 2016.

- **Regimento Interno**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) apresentou as diretrizes para a elaboração do regimento interno do CPG Pelágicos Sudeste e Sul, informando sobre o que era o regimento, como deveria ser elaborado e o que deveria conter. Disse que o MAPA havia elaborado uma proposta e enviado aos membros com antecedência e que a ideia não era ler o documento na íntegra na reunião, mas pontuar as considerações dos membros e abrir um prazo para considerações finais à proposta. A partir disso foi aberto para considerações da Plenária. A Sra. Letícia Canton (CONEPE) sugeriu que a convocação para as reuniões ordinárias fosse realizada em um prazo de 30 dias de antecedência e as extraordinárias em 10 dias, tanto para o Comitê quanto para o Subcomitê Científico. O Sr. Marcos Souza (CONFREM) informou que os representantes da pesca artesanal tinham diversas considerações e indagou qual seria a melhor forma de registrar. Foi definido que fossem apresentadas todas as considerações naquele momento, sendo assim registradas:

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

adicionar no Art. 6º a competência relacionada ao “monitoramento pesqueiro”; ajustar o texto do Art. 7º definindo que a proposta de pauta seja encaminhada no ato da convocação e que as gravações deverão ser disponibilizadas aos membros e definir um mínimo e máximo de reuniões; inserir no Art. 16 a garantia de participação de representantes da pesca artesanal com notório saber no Subcomitê Científico; no capítulo referente ao Subcomitê de Acompanhamento ajustar o texto garantindo a paridade na representação; inserir a responsabilidade conjunta MAPA-MMA quanto ao apoio orçamentário das reuniões; acrescentar no Art. 36 que a resolução dos casos omissos será feito em plenária. O Sr. José Dias (MMA) expôs que não gostaria que fosse explicitada no texto do regimento a responsabilidade orçamentária ao MMA, visto que a Coordenação do processo de Gestão era do MAPA, mas que com certeza iriam ajudar quando necessário. O Sr. Antonio Lezama (OCEANA) propôs que nas competências do Subcomitê Científico fosse inserido a relacionada à elaboração dos planos de gestão e que fosse revisto o texto referente às suas formas de deliberações. Indagou ainda sobre o fluxo de demandas que seriam encaminhadas ao SCC, perguntando se a CTGP tinha competência para demandar esse fórum assessor. O Sr. José Dias (MMA) esclareceu que a CTGP demandaria o Subcomitê Científico quando necessitasse de complementações em relação às demandas oriundas do Comitê.

Foi encaminhado: (1) que as sugestões fossem incorporadas ao texto da proposta e enviada aos membros para considerações finais e que estes tivessem um prazo para retorno, (2) que houvesse o ajuste da Portaria de Criação do Comitê à Portaria de Gestão Compartilhada no ponto referente à paridade do Subcomitê de Acompanhamento e (3) que fosse aberto um espaço no site do MAPA para disponibilizar as informações referentes aos trabalhos do Comitê.

- **Composição do Subcomitê Científico**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) fez uma apresentação sobre o Subcomitê Científico abordando suas competências, perfil e composição. Informou sobre os procedimentos que foram realizados pelo extinto MPA e MAPA para identificação dos pesquisadores, ressaltando que tinha sido por meio de chamada pública, indicados pelos coordenadores dos projetos do Edital CNPq nº 22/2015 e indicados pelo MMA e MAPA, chegando a um total de 44 indicações. Disse que após essa etapa foram aplicados 4 critérios de seleção para que se chegasse a 20 pesquisadores que havia sido o número máximo definido para o CPG Pelágicos Sudeste e Sul. Em seguida apresentou a planilha com aqueles que haviam sido classificados e abriu para as considerações da plenária. Foram indicados os seguintes nomes para serem avaliados: Marcus Carneiro (Instituto de Pesca), Sérgio Winckler da Costa (SEAGRI), David Dantas (UDESC) e André Martins Vaz dos Santos (UFPR). O Sr. Konstantino Meintanis (setor de comercialização/exportação) registrou a necessidade de se convidar especialistas, além dos que estiverem oficializados, para tratativas de temas específicos nas reuniões do SCC. O Sr. Marcos Silva (CONFREM) solicitou que pudesse indicar um pescador artesanal com notório saber para compor o Subcomitê, conforme havia sido sugerido no item do regimento. Nesse momento houve discussões em relação ao assento solicitado pelo Sr. Marcos Silva. Parte dos membros defendeu que o Subcomitê tinha um cunho científico e que não caberia a participação, e outra apoiou a participação considerando a importância do conhecimento tradicional nas discussões no âmbito do SCC. O Sr. Marco Bailon (CONEPE) registrou que além do que seria gerado pelo SCC, havia a necessidade de se realizar um levantamento das pesquisas que estavam sendo ou que tinham sido realizadas nos Estados, referentes aos recursos pesqueiros pelágicos, para discussão no âmbito do

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

Comitê. Registrou ainda que dentro da lista apresentada fosse identificada a característica de cada cientista. A Sra. Jeanne Gomes (MAPA) informou que os cientistas ainda seriam consultados quanto ao interesse em participar do Subcomitê e que nas reuniões haveria sempre a necessidade de se convidar pessoas que detivessem conhecimentos específicos dependendo do assunto a ser discutido. Em relação à participação dos pescadores com saber tradicional falou que não caberia oficializar um único nome, mas sim serem convidados para as reuniões de acordo com a pauta. O Sr. Konstatino Meintanis (setor de comercialização/exportação) registrou que nenhuma norma/medida deveria ser tomada sem antes passar pelo Comitê para discussão.

Após as discussões em plenária foi encaminhado nesse item: (1) que constasse no texto do regimento interno a garantia da participação de representante do setor produtivo, detentor de saber tradicional, nas reuniões do Subcomitê Científico e (2) que seria realizada a avaliação dos nomes indicados com base nos critérios de seleção e após consulta aos cientistas, a lista final seria encaminhada aos membros do Comitê. Foi ratificado pela Coordenação que a proposta era o fechamento em 20 cientistas.

- **Informe sobre o Edital CNPq nº 22/2015**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) informou que esse item já havia sido contemplado na fala do Sr. Secretário de Aquicultura e Pesca no início da reunião. Foi apenas reafirmado que a liberação do financeiro para atendimento do edital seria feita no início de 2017.

- **Procedimentos para a elaboração dos Planos de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (resgate da proposta elaborada pelo MMA e MPA em 2015).**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) informou que esse item tinha sido colocado na pauta a pedido da OCEANA e solicitou esclarecimentos sobre o ponto. O Sr. Antonio Lezama (OCEANA) esclareceu que a Portaria Interministerial MPA-MMA nº 5/2015 definia a elaboração dos Planos de Gestão no âmbito dos Comitês Permanente de Gestão e que havia tido discussões quanto a uma proposta de estrutura para elaboração desses Planos em 2015. Solicitou que o MAPA resgatasse a proposta e encaminhasse para a deliberação na CTGP. O Sr. José Dias confirmou que haviam trabalhado em uma proposta com o extinto MPA e que sem dúvida seria resgatada e seria pauta na próxima reunião da CTGP para que fosse definido um modelo padrão orientativo para a elaboração dos Planos.

- **Plano de Gestão da sardinha-verdadeira**

O Sr. José Dias (MMA) realizou uma apresentação sobre o Plano de Gestão da Sardinha verdadeira, falando inicialmente que havia sido elaborado e publicado pelo IBAMA, assim como o Plano de Gestão da Lagosta, e que estava em execução por meio da IN IBAMA nº 15/2009. Registrou ainda que tinham sido elaboradas outras propostas, mas que não haviam sido discutidas em profundidade, exemplificando os Planos de Gestão dos caranguejos, cavalos marinho, camarões e elasmobrânquios. Falou sobre a elaboração do Plano, sua estrutura, as medidas que estavam em execução e as pendentes e os principais resultados da aplicação. Por fim, agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para os questionamentos da plenária. O Sr. Marcus Carneiro (Instituto de Pesca) informou sobre o estudo que estava sendo realizado sobre a sardinha pelo FUNBIO e disse que o Comitê deveria fazer uma política muito forte para a liberação imediata dos recursos do Edital do CNPq, colocando sua preocupação em relação à necessidade de

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

informações para revisão das medidas previstas no Plano. O Sr. Antônio Moreira (CONTTMAF) registrou o fato de que muita sardinha não conseguia mais chegar na “terra” e disse que se houvesse um trabalho de conscientização conforme havia sido falado pelo Sr. Josué Dias seria muito fácil recuperar o estoque da espécie. A Sra. Raquel Rennó (FIPERJ) informou que a sardinha estava sendo monitorada desde 2011 no Rio de Janeiro e disse que havia sido aprovado recentemente o projeto FUNBIO e que iam dar continuidade à coleta de informações sobre a espécie no estado. O Sr. Marco Bailon (CONEPE) registrou sua preocupação quanto à contrapartida do Governo em relação à coleta de informações na atividade pesqueira. Pediu que o MAPA e MMA se comprometessem em relação à garantia de recursos para a pesquisa pesqueira no País. O Sr. Konstatino Meintanis (setor de comercialização/exportação) falou que jamais chegariam à produção de 120 mil toneladas que fora apresentada, por falta principalmente de escoamento da produção. Registrou as seguintes avaliações a serem realizadas pelo SCC: a manutenção do defeso no período de 15 de outubro a 15 de fevereiro e extinção do defeso no meio do ano; inclusão da cavalinha como alternativa para a frota de cerco e a influência do frio sobre a abundância da espécie. Expôs a necessidade de discussão no Comitê das questões referente à aposentadoria do pescador industrial, ressaltando que o pescador era remunerado por produção. Pediu um posicionamento do MAPA quanto à emissão das licenças para o período de defeso da sardinha. Quanto à questão relacionada à importação da espécie, disse que havia um entendimento firmado no setor de que a cada seis meses seria realizada uma avaliação sobre a produção existente e que a partir disso decidiriam se haveria necessidade de importação. Registrou que uma das preocupações do Plano era quanto à sustentabilidade do estoque, porém que o Governo havia legalizado a frota de Itaipava e pediu que fosse pensada uma estratégia para retirar esse esforço que fora adicionado sobre a espécie, propondo que se transferissem a autorização de captura para outras espécies ou que fossem canceladas. Informou que o setor poderia contribuir financeiramente com a pesquisa para algumas espécies de interesse, como por exemplo, sardinha, tainha e corvina. Registrou que o setor da indústria é consciente de que se o recurso acabar acabará com seus negócios. O Sr. Marcelo Feltrim (ouvinte OCEANA) afirmou que as avaliações de estoques dos recursos pesqueiros seriam possíveis de serem realizadas e informou sobre o modelo de Gestão e monitoramento que era realizado no Chile. O Sr. Antonio Moreira (CONTTMAF) registrou que a luz influencia na abundância da espécie e pediu a abertura da frota de cerco para outros recursos, especialmente para a corvina. Em resposta às colocações o Sr. José Dias realizou algumas contextualizações. Em relação às questões de monitoramento e pesquisa, disse que os projetos temporários eram importantes, mas que era necessário um monitoramento da atividade de forma permanente. Em relação às medidas necessárias para o remanejamento para outras frotas/pescarias alternativas deveria ser realizada com calma, visto que deveria se identificar o quantitativo para cada frota e verificar a melhor forma de distribuir, dizendo que a análise deveria ser levada para o SCC. Referente à contribuição orçamentária do setor para a pesquisa disse que era bem vindo e que teriam que discutir o assunto.

Nesse item foi encaminhado que: (1) o Plano de Gestão da Sardinha seria encaminhado para revisão no âmbito do SCC e (2) que as considerações realizadas em plenária fossem formalizadas ao Comitê para os encaminhamentos necessários.

- **Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha (*Mugil Liza*)**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) realizou uma breve apresentação sobre o Plano de Gestão da Tainha, informando sobre os antecedentes da elaboração do Plano até sua publicação em 2015. Falou que a elaboração do Plano foi iniciada no âmbito de um Grupo Técnico de Trabalho, sendo finalizado posteriormente pelo MPA e MMA. Informou que

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

o Plano havia sido aprovado por meio da Portaria Interministerial MPA-MMA nº 3/2015 e iniciou sua implementação pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 4/2015. Em seguida realizou a leitura das metas e ações constante no Plano de Gestão. Por fim, disse que a proposta era que o Plano fosse encaminhado para revisão no âmbito do Subcomitê Científico com as considerações do Comitê. Seguindo houve a apresentação da Sra. Mônica Peres (OCEANA) sobre a avaliação do estoque sul da tainha (*Mugil Liza*). Registrou inicialmente que a avaliação de estoque incluiu toda a informação de captura e esforço que existia de 2000 a 2015. Ressaltou que a avaliação tinha algumas inconsistências e que era necessária coleta de dados e monitoramento para realização de avaliação de estoque para a definição das medidas de manejo da espécie. Em sua explanação informou quais dados eram necessários para que se pudesse avaliar o estoque; que a avaliação realizada poderia gerar estabilidade econômica; os modelos existentes para se avaliar o estoque; a forma como havia sido realizada e seus principais resultados, destacando que a biomassa máxima sustentável era de 19 mil toneladas e o rendimento máximo sustentável era de 6.700 toneladas, porém que existia vulnerabilidade e riscos a serem considerados. Finalizou informando que a recomendação de cota era de 4.350 toneladas, que a biomassa estava abaixo do sustentável, que o estoque estava sobre pescado e que as capturas deveriam ser reduzidas para que se pudesse ter a sustentabilidade do estoque. Falou ainda sobre a necessidade de monitoramento e controle das capturas utilizando os sistemas que o MAPA já possuía. Antes da abertura para a plenária o Sr. José Dias (MMA) fez algumas considerações ao que fora apresentado. Inicialmente registrou que no resumo impresso apresentado pela OCEANA não tinha a fonte dos dados que havia sido utilizado na avaliação. Falou sobre o processo de judicialização do Plano de Gestão, informando que a pesca tinha se intensificado no período de reprodução da espécie e que essa era a premissa básica que tinha norteado esse documento. Citou que enquanto gestores o MAPA e MMA tinham que ter uma atenção especial para esse fato, acrescentando que o Plano englobava todas as modalidades e que não havia direcionamento para um setor específico. Disse que o Estado tinha escolhido um norte ao permitir a pesca num período crítico da espécie e que a proposta da OCEANA iria de encontro ao norte do Plano, ressaltando que a cota era uma das medidas de gestão, mas não era a melhor. Reafirmou que o Estado deveria permitir a pesca, porém com regras. Falou que a cota poderia levar a produções muito menores ainda do que se tinha e que deveria ser prescindível de controle de esforço, podendo até relacionar-se com a tragédia dos comuns. Afirmou que o Estado tinha informações que daria para fazer gestão, ressaltando que enquanto Estado iria defender a premissa de se buscar uma pesca sustentável e que após ouvir o Comitê iriam tomar a melhor decisão. A Sra. Mônica Peres (OCEANA) informou que todas as informações que haviam sido apresentadas com a devida citação bibliográfica estavam no relatório completo. Registrou que em nenhum momento a OCEANA havia recomendando a cota em substituição das outras medidas, mas que a cota iria ajudar para garantir o estoque estável. Falou que haviam realizado uma série de discussões e que se era para proteger a tainha essa era a posição da OCEANA. O Sr. Antônio Lezama (OCEANA) reafirmou o que a Sra. Mônica Peres havia dito e disse que a cota seria uma contribuição a mais nas medidas, visto que não constava essa possibilidade no Plano. Explicou sucintamente sobre a tragédia dos comuns afirmando que com a cota não se teria uma corrida pelo recurso. O Sr. Giacinto Tasso (CONEPE) expôs que além dos dados apresentados, deveria ser esclarecido que nem todo o recurso levava 5 anos para maturar. Falou ainda sobre a questão da ova, citando que nem todas as tainhas eram fêmeas que existiam os machos também. Informou que a tainha produzia cerca de 1 milhão de ovos e que o fotoperíodo era um gatilho para a migração da espécie. Registrou que deveria haver a proteção dos berçários. Informou que haviam

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

realizado a reprodução da tainha em laboratório, ressaltando que deveria se pensar no cultivo da espécie, que essa seria uma medida adicional no processo para repovoamento das lagoas costeiras. Por fim, registrou que deveria se ter atenção com os dados que estavam sendo utilizados nas análises. O Sr. Konstantino Meintanis (setor de comercialização/exportação) registrou que na implementação da IN IBAMA nº 171/2008 a proposta era avaliar a biomassa para se chegar ao quanto poderia se pescar e registrou ainda a falta de participação do setor nas discussões no ano de 2015. Falou que o setor gostaria de ajudar nas falhas de dados citadas pela OCEANA, ressaltando que a melhor forma de se buscar os dados de produção seria por meio da produção de ovas que correspondia a mais ou menos 4% do peixe, em que poderia se jogar 35% em cima desse total e se teria a produção real. Disse que gostaria de saber até que ponto era o impacto da pesca dentro das lagoas. Falou ainda sobre o processo de fiscalização do MAPA em relação à sanidade do pescado para a frota industrial, indagando sobre como seria trabalhado isso para os pescadores artesanais, visto que na pesca artesanal o pescado era enterrado na areia. Em relação à proposta de cota disse que poderia ser verificado o quantitativo de barcos por frota e no caso da pesca artesanal privilegiar os que realmente são pescadores. Afirmou que o número de barcos nunca seria requisito para a preservação, exemplificando que quando o cardume estivesse concentrado poderia se ter 10 barcos e pescar uma elevada produção e em outros casos se ter 1 milhão de barcos e não pescar nada. Falou que a biomassa era muito maior do que havia sido apresentado, ressaltando que a proposta de cota já era antiga do setor e que se realmente fosse constatado que a biomassa estava baixa propôs que houvesse a moratória da pesca de tainha. O Sr. Marcos Bailon (CONEPE) cumprimentou a Oceana e disse que felizmente havia sido feito alguma coisa. Demonstrou preocupação quanto às propostas do Plano, visto que nada havia sido implementado e indagou sobre a avaliação das medidas. Registrou a irresponsabilidade do Estado em monitorar as medidas aplicadas ao setor pesqueiro, exemplificando com a falta de estudos sobre a aplicabilidade das medidas de Mapas de Bordo e PREPS. Expôs a preocupação quanto à submissão da proposta da Oceana ao Subcomitê Científico, visto que iriam utilizar os mesmos dados que havia no Plano. Falou novamente que a preocupação era quanto ao descompromisso dos monitoramentos das medidas de Gestão. Citou a questão da INI MPA-MMA nº 12/2012 que previa as medidas e as formas de monitoramento, mas que o Governo não tinha cumprido sua parte. Disse que o Plano era totalmente irreal e virtual e que previa ações que o País não tinha condições de cumprir. Registrou que a proposta da cota poderia ser uma medida alternativa, afirmando que as propostas que estavam no Plano eram inexecutáveis, finalizou encaminhando que poderiam adequar a proposta de cotas ao Plano de Gestão e principalmente a definição do monitoramento para o ano seguinte. O Sr. Marcus Carneiro (Instituto de Pesca) retomou a fala do Sr. Giacinto Tasso dizendo que a maturação também era um indicador de que o estoque estava comprometido, informou que a quantidade de ovócitos liberados pela espécie ao mar não era tão grande. Reafirmou também a necessidade de moratória, caso fosse definido a insustentabilidade do estoque. Registrou ainda sobre a necessidade de participação das bases nas discussões. O Sr. Marcelo Feltrim (convidado OCEANA) esclareceu que a idade de 1ª maturação era um dado médio, afirmando que existiam indivíduos que maturavam muito mais velhos e outros mais novos. Falou que a quantidade de ovos liberados não poderia justificar o êxito reprodutivo da espécie, visto as interferências naturais que existia. Em relação ao cultivo da espécie afirmou que era uma proposta muito boa e sugeriu que fosse apresentada ao Comitê e Subcomitê Científico para avaliação. Falou que o sistema de cotas era uma das melhores medidas aplicadas ao longo do mundo e disse que não tinha conseguido entender a relação das cotas com a tragédia dos comuns. Falou que em termos de

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

eficiência o monitoramento da produção era muito melhor do que seu cálculo por meio das ovas. O Sr. Ivo da Silva (CNPA) registrou que iria sair do Comitê e que se a FEPESC não tivesse ajuda não iria mais continuar a estatística da tainha em Santa Catarina. Registrou sua indignação quanto ao início do debate, falando que o arrasto de praia era centenário e que a questão da saúde era problema do CONSEA. Falou que em 2015 havia tido a proposta de cota, mas que não houve aceitação por todo o setor. Expôs que a proposta de cotas apoiada à época era para que todos aqueles que pescavam com anilhas e não tiveram suas licenças liberadas pudessem pescar sossegados. Pediu que fosse revisto a questão quanto à liberação da pesca com rede anilhada, propondo a criação de um Grupo da pesca artesanal e que esse Grupo traria as propostas sobre a pescaria e solicitou também que o estado fosse *in loco* verificar a atividade. Em resposta a colocação sobre a sanidade do pescado o Sr. Konstantino Meintanis esclareceu que o que havia falado era um alerta, visto que havia discussões no MAPA quanto à questão da sanidade para a pesca artesanal, alertando que eles iriam ter problema na próxima safra referente a essa questão. O Sr. Edvando Araújo (CNPA) indagou sobre os estudos concretos que o MMA tinha para se baixar uma normativa sobre a tainha, registrando que as coisas na maioria das vezes eram feitas no achismo e por isso que a situação estava daquele jeito. Pediu que assim como devesse haver fiscalização aos artesanais que houvesse fiscalização aos barcos internacionais que pescavam nas águas brasileiras. Concordeu com o Sr. Konstantinos Meintanis quanto ao que falara sobre a sanidade, mas que deveria ser feito preservando as comunidades tradicionais. Disse que o setor artesanal e industrial teria que conversar e apresentar uma proposta concreta para o Governo. A Sra. Maria Aparecida (CPP) registrou que a reunião era importante e que deveria haver um diálogo entre os setores artesanal e industrial, citando que da mesma forma que havia peixe na areia havia a questão do peixe que era descartado em alto mar. Em seguida realizou a leitura de um documento que fora construído pelo setor artesanal em assembléia, informando que o documento havia sido entregue na 4ª e 6ª Câmara do Ministério Público Federal – MPF, no MAPA e no MMA. O documento requereu a prorrogação por dois anos do prazo estabelecido no artigo 11 da Portaria Interministerial MPA-MMA nº 4/2015 que estabeleceu que o Plano de Gestão deveria ser avaliado e receber sugestões do CPG Pelágicos até dezembro de 2015 e que o Governo possibilitasse a instauração dos fóruns locais ou câmaras temáticas para fomentar as discussões junto às comunidades pesqueiras para que pudessem contribuir e adequar as medidas propostas pelo Plano. O Sr. Marcos Souza (CONFREM) registrou que não era intenção do setor artesanal criar conflitos no Comitê, mas que iria colocar algumas questões. Pediu que as colocações referentes a algumas práticas realizadas pelo setor artesanal não fosse generalizada. Disse que o fórum deveria identificar quem enterrava peixe na areia e ensinar boas práticas de manejo do pescado. Denunciou o barco “Silva Marques”, registrando que esse estava pescando dentro da Bahia de Sepetiba e tinha cercado 20 toneladas de corvina, falou ainda sobre a pesca de xaréu branco em Ilha Grande e as espadas que haviam sido jogadas no lixo. Citou que havia ficado chateado com a apresentação da Oceana, porque havia percebido uma vaidade dentro do setor científico quando a Sra. Mônica Peres expôs quem tinha feito alguma coisa e dizendo quem não fez, disse que o comitê teria que estar caminhando todos para um mesmo lugar independente de qualquer coisa. Quanto ao Plano registrou que não faria nenhum posicionamento, visto o documento que havia sido apresentado pelo setor artesanal. O Sr. Giacinto Tasso (CONEPE) retomou a fala do convidado da Oceana, registrando que não havia entendido a explicação em relação à maturação e que tinha percebido certa dúvida quanto à informação repassada por ele referente à reprodução da tainha em cativeiro, ressaltando que tinha publicações relacionadas ao assunto e que o comitê poderia procurar para confirmar o que havia sido

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

colocado. O Sr. Ivo da Silva (CNPQ) informou que em Santa Catarina haviam feitos 8 grupos de pescadores para discutir as demandas do setor e que os trabalhos ainda estavam em andamento. Registrou 3 demandas mais urgentes: a solicitação das licenças para a pesca anilhada para quem já pescava a mais de 3 anos; que o arrasto de praia fosse liberado para pescar o ano todo e que a pesca artesanal fosse liberada para várias pescarias posto que pescavam várias espécies. O Sr. Marcelo Feltrim respondeu ao Sr. Giacinto Tasso dizendo que havia uma idade média de primeira maturação e quando a pesca ocorresse dentro do período de reprodução isso iria refletir no tamanho de 1ª maturação. Em relação ao trabalho de cultivo informado, disse que não havia duvidado em nenhum momento, tinha apenas solicitado que fosse apresentado ao Comitê visto que não havia citação do trabalho dentro do Plano de Gestão, reafirmando sua relevância para as discussões. Após as discussões em plenária o Sr. José Dias (MMA) realizou algumas ponderações. Disse que concordava que o quantitativo de barco não garantia a sustentabilidade do estoque, mas que a quantidade de barco em excesso levaria a sobrepesca. Falou que o Plano foi acompanhado por representantes dos setores industrial e artesanal e que de fato não tinha sido levado às pontas, mas que estavam ali para discutir a melhor forma de se fazer isso. Reafirmou que a cota era uma das medidas para a Gestão desde que o país tivesse os mecanismos de controle necessário e tinham que definir no Comitê de que forma poderiam trabalhar para isso. Em relação à tragédia dos comuns, falou que se fosse definido cotas e não se definisse limite de acesso poderia acontecer de que cada um quisesse pescar mais que o outro, dizendo que sua fala tinha sido nesse contexto. Em relação à colocação de que o Governo teria que tomar medidas, essas medidas não seria a cegas e sim teria que trabalhar juntos para que pudessem ser definidas. Falou que o Governo iria providenciar a instalação dos fóruns locais para que as organizações estaduais pudessem trabalhar. No retorno das discussões houve a fala de um dos ouvintes da reunião pedindo que fossem garantidas as participações locais nas discussões de Governo. A Sra. Mônica Peres (OCEANA) externou sua preocupação quanto aos encaminhamentos para que pudesse atender o Plano para o ano de 2017, indagando sobre os fóruns locais e o plano de monitoramento para a espécie. Disse que era necessário fazer uma nova reunião para se definir de que forma iriam conduzir os trabalhos. O Sr. Agnaldo Santos (CONEPE) indagou sobre o que seria decidido quanto às normas e sugeriu que as pautas fossem discutidas e decididas no Comitê. Registrou que tinha sido contra a IN IBAMA 171 a época. Falou que o Comitê teria que discutir como pescar de forma sustentável e indagou sobre quem iria pescar no próximo ano, visto o que havia acontecido em 2015. A Sra. Elielma Borcem (MAPA) esclareceu que a reunião não era de decisão, falando que o Plano seria encaminhado para revisão no âmbito do Subcomitê Científico já com as considerações do Comitê e que depois teria uma próxima reunião, na qual deveriam ser definidas as medidas para a safra de 2017. O Sr. Agostinho Peruzzo (CNI) informou que o MAPA havia feito a exigência de que as empresas sifadas só poderiam receber pescado de trapiche sifado, portanto pediu atenção quanto aos desembarques artesanais na praia, visto que a indústria também comprava do pescador artesanal. Registrou que o Comitê era o fórum para essa discussão e expôs sua preocupação quanto às decisões que teriam que levar para o setor. Falou sobre o documento que havia sido apresentado pelo setor artesanal, indagando de que forma o documento seria tratado no Comitê e que achava importante que o Comitê apoiasse o documento. A Sra. Raquel Rennó (FIPERJ) pediu que as discussões fossem ampliadas para todos os setores da cadeia produtiva da tainha e solicitou que representantes das outras Secretarias do MAPA relacionadas aos assuntos pudessem participar das reuniões do Comitê. O Sr. Nilmar (ouvinte - Fórum da Lagoa dos Patos) falou que defendia um Plano sem proibição brusca e com poder socioeconômico, informando que na Lagoa

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

existia um ordenamento, que deveria ser avaliada a proteção da tainha e do pescador e que o clima influenciava na pesca da espécie na Lagoa. Registrou a falta de representantes do estado do Rio Grande do Sul no Comitê e disse que havia feito uma solicitação de participação de representantes do Fórum da Lagoa dos Patos. Nesse momento a Sra. Elielma Borcem registrou a presença da representante do SINDARBERS, Sra. Miriam Bozzetto, como convidada do Comitê. A Sra. Maria Aparecida (CPP) observou o horário da reunião, falando que seria interessante a presença de todos no momento dos encaminhamentos. Falou que as licenças boiadas e fundeadas estavam prejudicando a pesca artesanal e pediu atenção sobre as licenças dos pescadores que não havia sido emitida e que esse fato estava prejudicando a atividade. O Sr. Marcus Carneiro (Instituto de Pesca) falou sobre a necessidade de revisão da INI MPA-MMA nº 12/2012 e instalação dos Grupos de Trabalho previsto na normativa. Falou que o estado de São Paulo já havia encaminhado a proposta de criação do Grupo e pediu que a demanda fosse resgatada. Falou ainda sobre a necessidade de identificação dos fóruns locais para subsidiar as discussões do Comitê. A Sra. Miriam Bozzetto (convidada - SINDARPES) informou sobre o trabalho do Fórum da Lagoa dos Patos e pediu encaminhamentos quanto à proposta de ordenamento da Lagoa que estava sendo trabalhada anteriormente e que tinha sido enviada ao Ministério. Registrou a demanda de um grupo de pescadores que tinham poder de pesca para pescar fora da boca da barra e que estavam trabalhando em completa ilegalidade, visto que a licença deles era para trabalhar dentro do estuário da lagoa, disse que a demanda já havia sido enviada e pediu que fosse resgatada para discussão no Comitê. Informou que o Rio Grande do Sul estava todo coberto por fórum, citando o Fórum da Lagoa dos Patos, da Lagoa Mirim e Mangueira, do Litoral Norte, da Bacia do Uruguai, e do Delta do Jacuí. Além disso, citou que havia o Conselho Estadual de Pesca que era deliberativo e informou que o Conselho tinha encaminhado uma proposta para a Assembleia Legislativa em que solicitava orçamento para a realização do censo/monitoramento pesqueiro no estado. Disse que não concordava com o Plano que havia sido apresentado e que não iria chegar na base e dizer que concordava com o documento. A Sra. Elielma Borcem (MAPA) registrou que o Governo não estava pedindo para que os membros concordassem com o Plano e que a ideia era justamente discutir e receber considerações do Comitê e tentar chegar a um consenso em relação às melhores medidas a serem implementadas. Em relação ao processo das Lagoas, informou que já estava sendo resgatado e que iriam retomar os encaminhamentos. Agradeceu as informações trazidas pelo SINDARBERS, ressaltando que seriam muito importantes para as discussões. Por fim, a Sra. Miriam Bozzetto colocou o SINDARBERS a disposição para ajudar nas atividades do Grupo. O Sr. Marcos Bailon (CONEPE) falou sobre a Instrução Normativa do Embarque Nessa, ressaltando que parte do setor havia sido contra, mas que tinha sido vencida pelos argumentos apresentados a época. Falou que tinha sido acordada a criação de um Grupo de Trabalho para se discutir as questões colocadas na norma e pediu que essa demanda fosse resgatada e discutida. Registrou que haviam feitos vários ofícios ao MAPA solicitando a revisão da INI MPA-MMA nº 12/2012 e informou que os artigos 20 e 21 estavam judicializados, visto a inoperância do Estado nas medidas aplicadas. A Sra. Jeanne Gomes (MAPA) informou que tudo o que havia sido trabalhado pelo MPA estava sendo resgatado e que a Secretaria iria dar a atenção necessária àqueles que necessitassem ser ajustados ou alterados. Em relação à normativa do embarque nessa, registrou a urgência no resgate das discussões. Após as considerações da plenária o Sr. José Dias (MMA) realizou proposta de encaminhamento, sugerindo que todas as considerações fossem formalizadas e enviadas à Coordenação do Comitê e que após isso o MAPA sistematizaria as informações e realizaria os encaminhamentos pertinentes: ao SCC (questões específicas), à CTGP (questões gerais)

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

ou retorno ao Comitê. Nas questões referentes a outras Secretarias o MAPA buscava um entendimento para retornar ao Comitê. A Sra. Mônica Peres (OCEANA) propôs que houvesse um Grupo para tratar do monitoramento da pesca e que em relação à implementação da proposta de cotas deveria ser discussão do Comitê. O Sr. José Dias (MMA) concordou com a fala referente à cota e sobre o monitoramento disse que deveria haver uma discussão prévia no âmbito da CTGP e se necessário se criaria um Grupo. O Sr. Marcus Carneiro externou mais uma vez sua preocupação quanto à discussão do tema tainha com os fóruns já existentes.

Nesse item foi encaminhado que: (1) as instituições enviassem as considerações ao Plano de Gestão da tainha à Secretaria Executiva do Comitê; (2) que o MAPA consolidasse as informações e definissem para qual meio de discussão as demandas seriam enviadas: ao Subcomitê Científico, à CTGP ou retorno ao Comitê.

- **Unidades de Gestão e Câmaras técnicas/Grupos de Trabalho**
- **Outros recursos a serem avaliados (anchova, outras sardinhas, cavalinha)**
- **Abertura para apresentação de demandas por parte dos membros**

Em relação a esses itens, a Sra. Elielma Borcem (MAPA) informou que já haviam sido contemplados nas discussões ao longo da reunião. Foi apenas solicitado que as demandas relacionadas aos demais recursos fossem encaminhadas nas considerações dos membros que seria enviada à Secretaria Executiva.

- **Leitura dos encaminhamentos**

A Sra. Elielma Borcem (MAPA) realizou a leitura dos encaminhamentos e os ajustes necessários ao texto foram sendo realizados na reunião. Ao longo das discussões foi reafirmada pelo Sr. Marcos Bailon (CONEPE) a necessidade de revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 com participação do setor pesqueiro, sendo indagada a situação da revisão. A Sra. Elielma Borcem informou que o MPA havia trabalhado uma proposta de revisão da norma em 2015, a qual contemplava as demandas recebidas do setor e que essa proposta fora encaminhada para o MMA. Registrou que os trabalhos tinham sido paralisados naquele momento. Falou que a proposta do MAPA era que fosse reinstalado o Grupo de Trabalho para revisão da norma e que a INI MPA/MMA nº 46/2015 fosse prorrogada, porém que essas duas questões ainda não haviam sido discutidas com o MMA. Foi registrada pela plenária a questão da cavalinha e a licença para os artesanais que não se enquadravam na modalidade diversificada costeira. Em seguida a representante do setor de registro do MAPA realizou o informe em relação às licenças da frota sardineira para o período de defeso, ressaltando que estava encaminhando o modelo pelo Sistema Informatizado do MAPA – SEI para ser impresso nas Superintendências. Nesse momento houve algumas colocações em relação a questões de registro e o Sr. Sami Pinheiro (MAPA) interferiu informando que as discussões não cabiam naquela reunião e que fossem discutidos no setor pertinente do MAPA. Por último, foi definido o cronograma de reunião do Comitê para 2017, sendo assim estabelecido: 1ª reunião até 15 de março, 2ª reunião até 15 de julho e 3ª reunião até 15 de novembro. Assim, a reunião foi finalizada com a fala do Sr. Sami Pinheiro (MAPA) em que agradeceu o trabalho realizado pelo Comitê. O documento com a lista dos encaminhamentos foi formatado pela Secretaria Executiva e finalizado de acordo o anexo I desta memória.

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

ANEXO I – LISTA DE ENCAMINHAMENTOS

[Enc. 01] - ajustar a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 7/2015 à Portaria Interministerial MPA/MMA nº 05/2015 em relação a paridade do Subcomitê de acompanhamento.

Responsável: MAPA

Prazo: 60 dias

[Enc. 02] - criação de um portal de comunicação no site do MAPA para facilitar o acesso da sociedade civil e demais entes do governo às informações do Comitê.

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

Responsável: MAPA

Prazo: 60 dias

[Enc. 03] - realizar análise das quatro (4) indicações da plenária para o Subcomitê Científico: Marcus Carneiro - IP, Sérgio Winckler- SEAGRI-SC, André Martins Vaz dos Santos - UFPR-PR e David Santos-UDESC-SC.

Responsável: MAPA

Prazo: 5 dias

[Enc. 04] - ajustar o texto da proposta de regimento interno em relação ao papel do Subcomitê Científico (Plano de Gestão) e suas recomendações em relação às deliberações do Comitê.

Responsável: MAPA

Prazo: 5 dias

[Enc. 05] - inserir na proposta de regimento interno a garantia de participação de representante dos pescadores com saber tradicional nas reuniões do Subcomitê Científico.

Responsável: MAPA

Prazo: 5 dias

[Enc. 06] - inserir como ponto de pauta na reunião da Comissão Técnica de Gestão Compartilhada – CTGP a questão referente à proposta de estruturação para elaboração dos Planos de Gestão;

Responsável: MAPA

Prazo: próxima reunião da Comissão.

[Enc. 07] - formalização das propostas de pontos de revisão do Plano de Gestão da sardinha-verdadeira a serem submetidas ao SCC.

Responsável: Instituições/membros do Comitê

Prazo: 30 dias

[Enc. 08] - definir na reunião da Comissão Técnica de Gestão Compartilhada – CTGP as diretrizes para revisão da INI MPA-MMA nº 10/2011.

Responsável: MAPA-MMA

Prazo: 60 dias

[Enc. 09] - formalização dos Grupos Estaduais de apoio à gestão dentro do Sistema de Gestão Compartilhada.

Responsável: MAPA-MMA

Prazo: até dezembro/2016

[Enc. 10] - reencaminhar a Minuta do regimento interno aos membros para contribuições.

Responsável: Secretaria Executiva do CPG

1ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

Prazo de envio: 5 dias

Prazo de devolutiva dos membros: 15 dias

[Enc. 11] - resgate dos Processos referentes à INI MPA-MMA nº 12/2012 – Grupos de Trabalhos/GT Estadual-Emalhe.

Responsável: MAPA

Prazo: imediato

[Enc. 12] - regaste dos Processos referentes à Lagoa dos Patos e Lagoas Mangueira e Mirim (RS).

Responsável: MAPA

Prazo: imediato

[Enc. 13] - encaminhar contribuições ao Plano de Gestão da Tainha.

Responsável: Instituições/Membros do Comitê

Prazo: 20 dias

[Enc. 14] - organização dos trâmites de encaminhamentos quanto aos documentos enviados pelas instituições: Subcomitê Científico, direto para o CPG Pelágicos, CTGP ou outras Secretarias do MAPA.

Responsável: Secretaria Executiva do CPG

Prazo: 10 dias após o fim do prazo de recebimentos das contribuições.

[Enc. 15] - discutir na CTGP a possibilidade de criação de uma Câmara Técnica (CT) ou Grupo de Trabalho (GT) para o plano de Monitoramento e Controle da Tainha para início de 2017 (cronograma).

Responsável: MAPA-MMA

Prazo: até dezembro de 2017

[Enc. 16] - reconhecimento dos **Fóruns Locais** das regiões SE/S.

Responsável: MAPA-MMA

[Enc. 17] - solicitar participação de demais Secretarias do MAPA que tenha relação com a atividade pesqueira (SDA, ENAGRO...) nas reuniões do CPG.

Responsável: Secretaria Executiva do CPG

[Enc. 18] - indicação dos representantes da sociedade civil para composição do Subcomitê de Acompanhamento do CPG: 1 setor artesanal, 1 setor industrial e 1 de organização não governamental.

Responsável: instituições do CPG

Prazo: 7 dias